

RESUMO

O tema do artigo é a construção, no início do século XVII, da Estalagem Real que antecedeu o Palácio de Vendas Novas, mandado edificar por D. João V (1689-1750) em 1728. O autor do seu projeto foi o arquiteto régio Teodósio de Frias (c.1555-1634) e a obra destinou-se a apoiar as deslocações de personalidades destacadas entre Madrid e Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE | Vendas Novas; Estalagem real; Teodósio de Frias; Filipe II de Portugal; D. Catarina de Bragança.

ABSTRACT

The article subject is the construction of a Royal Hostelry in Vendas Novas. It had been built in early XVII Century, before the Royal Palace, constructed by the king João V (1689-1750) in 1728. The auctor of its sketch was the royal architect Teodósio de Frias (c. 1555-1634) and it was built in order to house important personages who traveled between Madrid and Lisbon.

KEYWORDS | Vendas Novas; Royal Hostelry; Teodósio de Frias; Philippe II of Portugal; Queen Catherine of Bragança.

Teodósio de Frias e a construção da Estalagem Real de Vendas Novas

Jorge Fonseca ¹

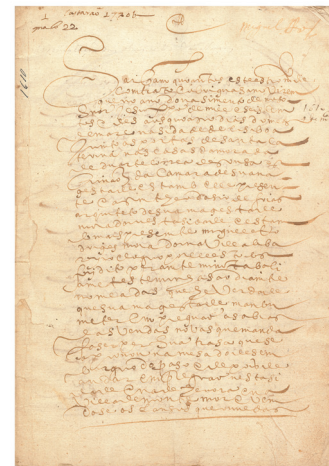
Já há bastantes anos, durante a organização do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, localizei no acervo da respetiva câmara a cópia de um contrato, datado de 1610, para a conclusão da Estalagem Real que antecedeu, durante mais de um século, o Palácio de Vendas Novas, mandado erguer por D. João V em 1728. A obra, efetivamente realizada, era atribuída ao risco do arquiteto régio Teodósio de Frias ². Esse documento foi referido por António Borges Coelho no livro *Vendas Novas: História e Património*, que publicou com Gustavo Marques em 1991 ³. Mas, certamente por se tratar de uma edição local, o facto aí comprovado continua a ser desconhecido dos historiadores da arte que estudaram a obra de Teodósio de Frias ⁴. Essa a razão por que me pareceu justificar-se a publicação dessa fonte, com o conveniente enquadramento cultural, nas páginas desta revista.

A aldeia de Vendas Novas surgiu no século XVI num local de passagem da estrada que, no fim da Idade Média, passou a ligar Aldeia Galega (atual Montijo) e outras terras das margens do Tejo a Montemor-o-Novo e Évora. As deslocações de Lisboa e outras localidades do litoral para o interior centro-alentejano faziam-se, até ao século XIV, através da Landeira e de Cabrela, às quais se acedia por Almada e Palmela. O caminho mais direto, com travessia do rio para Aldeia Galega e, depois, em direção a Montemor, através da charneca que separava essas vilas, levantou os protestos das autoridades de Cabrela. Afirmando que esta empobrecia e se despovoava por os almocreves e outros caminhantes preferirem a nova estrada, conseguiram que D. Afonso IV (1291-1357) e D. Pedro I (1320-1367) proibissem a rota alternativa, com multa para os infratores ⁵. Não conseguiram, mesmo assim, evitar o incremento desta, pelas evidentes vantagens de uma ligação mais curta.

No século XVI começaram a surgir nesse local as primeiras *vendas*, construídas por iniciativa de particulares ⁶. Eram modestas estalagens para acolhimento de viandantes e dos animais que os acompanhavam, certamente exíguas e pouco cómodas, tal como sucedia por todo o país, se dermos crédito às apreciações negativas dos estrangeiros que as conheceram. Segundo estes, os aposentos eram pequenas construções que os utentes partilhavam com fardos de palha, como relatou Clenardo ⁷, que visitou o país no tempo de D. João III (1502-1557), ou simples cabanas onde só com sorte se encontrava pão e vinho, como as classificou o anónimo italiano que redigiu o *Retrato e reverso do reino de Portugal* em 1578-1580 ⁸. Já assim era na centúria anterior, de acordo com o alemão Nicolas von Popplau, o qual em 1484, numa estalagem de Setúbal, teve que repartir o quarto e as camas não só com os seus criados, mas também com um grupo de rufiões que entrou durante a noite ⁹. Apesar do provável exagero destas críticas, as condições desses alojamentos eram certamente más e nada leva a crer que tivessem mudado substancialmente no século XVII.

A construção de uma estalagem real nesse lugarejo do termo de Montemor-o-Novo, no tempo dos Filipes (1580-1640), deve ter correspondido à necessidade de instalações condignas para acolhimento de passageiros de condição elevada, junto à principal ligação terrestre entre Madrid, sede da monarquia ibérica, e a principal cidade portuguesa. Por essa via se deslocavam altos dignitários da corte, em trânsito entre os dois reinos no cumprimento de missões oficiais. Convinha ao prestígio do soberano espanhol que se alojassem em condições dignas das funções que desempenhavam e do rei em cujo serviço se deslocavam. O local era o mais conveniente no percurso entre Montemor e Lisboa (com uma duração de mais de dois dias ¹⁰), pois daí a Aldeia Galega não existia qualquer vila onde se pudessem albergar, com as respetivas comitivas. De notar que nas deslocações “*se cavalgava a passo ou com pequeno trote, o que permitia acompanhamentos a pé*”, regra em viagens de personalidades de elevado estatuto, com comitivas numerosas ¹¹.

A integração de Portugal nos estados da Casa de Áustria implicou, entre muitas consequências de diversos sentidos, a necessidade de projeção da nova dinastia através de um programa de construções de prestígio. Estas obedeciam a uma estética e organização semelhantes às que se afirmavam em Castela e nelas tiveram papel decisivo os arquitetos reais dos monarcas espanhóis Juan de Herrera (1530-1597) e Francisco de Mora (1553-1610), implicando a deslocação a Madrid de arquitetos portugueses ¹². Desse programa fez parte a renovação profunda de edificações religiosas, como São Vicente de Fora, em Lisboa ¹³ e das residências régias: o Paço da Ribeira, sede da antiga monarquia lusitana, ainda com Filipe I (1527-1598), e os de Almeirim, Ribeira de Muge, Salvaterra e Sintra, já no de Filipe II (1578-1621), estes com o propósito afirmado de possibilitar a vinda do monarca ao reino, que esteve pendente de 1599 a 1619. Destinados a servirem apenas de forma esporádica, eram sobretudo um meio de “reforçar a visibilidade simbólica da casa do rei” pela “manutenção da dignidade áulica” dos mesmos ¹⁴.



É neste contexto que se deve entender a construção da Estalagem Real de Vendas Novas. Com objetivos práticos, os de um alojamento digno para personalidades destacadas, nomeadamente se vinham em nome ou ao serviço do rei, mas igualmente como afirmação de poder. Tal efeito confirma-se na forte impressão que causou, quando ainda estava incompleta, ao chantre de Évora Manuel Severim de Faria (1584-1655), que a conheceu em 1609 ao viajar de Évora para Miranda do Douro: “Aqui está em grande parte levantada uma estalagem, fábrica moderna mandada edificar pela majestade de Filipe Primeiro de Portugal, a qual acabada será uma das insignes de Espanha” ¹⁵.

Teodósio de Frias, a quem é atribuída pela fonte em presença a traça usada na conclusão da estalagem, era filho de Nicolau de Frias (c.1530-1610), arquiteto de Filipe I e mestre das obras do Paço da Ribeira ¹⁶, e também arquiteto do duque de Bragança D. Teodósio II (1568-1630) ¹⁷. Na juventude estagiou na corte castelhana, contactando com os arquitetos régios, tendo-se tornado, na segunda metade da década de 90 do século XVI, um dos artistas de confiança do monarca ¹⁸. Regressado a Portugal em 1600, como “criado” do vice-rei Cristóvão de Moura (1538-1613) ¹⁹, ocupou vários cargos, como juiz da balança da Casa da Moeda de Lisboa e superintendente das obras da quinta de Alcântara, que tinha pertencido a João Batista Rovelasco. Em 1603, com o falecimento de Domingos da Mota, foi nomeado arquiteto régio ²⁰. Após a morte do pai, em 1610, tornou-se mestre das obras do Paço da Ribeira, sucedendo ao mesmo. Foi o principal arquiteto régio até meados da década de 30 ²¹, arquiteto da cidade de Lisboa, do respetivo arcebispado e do castelo de São Jorge.

Ao seu risco e direção se devem importantes obras em edificações religiosas, como a remodelação da igreja de Santos-o-Velho, o retábulo do altar-mor de São Vicente de Fora,

as igrejas do Convento da Penha de França, do Santíssimo Sacramento de Alcântara, de Santa Engrácia, de São Paulo e de São Sebastião da Mouraria, todas em Lisboa ²². No plano da arquitetura civil destacaram-se a Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, a Casa dos Contos, de Lisboa, assim como projetos particulares, de que foi exemplo a casa de D. Jorge Mascarenhas, Presidente da Câmara desta cidade. Participou igualmente em projetos de construções efémeras destinadas à visita de Filipe II a Portugal ²³. Carlos Ruão considera-o o paradigma do artista moderno, dedicado fundamentalmente ao desenho de obras arquitetónicas, afastado dos estaleiros, a exemplo dos arquitetos régios castelhanos e, nessa medida, “*longe da tradição nacional do mestre construtor de saber e formação essencialmente prática*”. Isso devera-se à sua formação teórica, adquirida por via familiar e ao estágio em Madrid ²⁴.

Quanto ao projeto da Estalagem Real de Vendas Novas uma hipótese é Teodósio de Frias ter sido o autor apenas da traça destinada à remodelação e conclusão da obra iniciada e em parte realizada no reinado de Filipe I, já que Severim de Faria a imputou a este rei, afirmando que em 1609 estava já “*em grande parte levantada*” ²⁵. A traça atribuída, no documento aqui publicado, a este arquiteto tinha, em 1610, sido aprovada recentemente na Mesa do Desembargo do Paço e dela constavam as alterações a fazer, com as paredes a derrubar desenhadas a cor vermelha e, as que se deviam manter, a cor parda. Pode-se admitir que a intervenção de Frias no projeto se tivesse resumido às alterações e acrescentos introduzidos na traça já em curso de concretização.

Outra hipótese é ser-lhe devido o conjunto do projeto, que pode ter sido realizado em duas ocasiões: ou enquanto estava em Castela, pois regressou só em 1600, já depois da morte de Filipe I (o que podia ter acontecido, apesar da distância), ou então antes de partir para a corte filipina, onde foi completar a sua aprendizagem. Sabe-se que em outubro de 1593 recebeu 30.000 reis em nome de Domingos Vieira Serrão (c. 1570-1632), de quem era “*companheiro*” na obra de pintura e douramento da charola do convento de Cristo, em Tomar ²⁶, o que mostra que a esse tempo ainda se encontrava em Portugal. Mas, apesar de a estalagem ser uma obra de pequeno vulto se comparada com a grande maioria daquelas a que veio a estar ligado após o seu regresso a Portugal, era um projeto de arquitetura, para o qual não devia estar apetrechado um jovem de pouco mais de 20 anos ²⁷ que atuava como ajudante em obras de pintura. A sua ida para a corte castelhana deve ter sido devida à influência do pai e não propriamente ao trabalho de arquitetura já realizado.

Em qualquer das hipóteses de autoria, a paragem das obras, a alteração do respetivo risco e realização de novo contrato de empreitada devem ter sido impostas pela necessidade, entretanto constatada, de redimensionar o empreendimento, de acordo com os fins pretendidos: alojamento de personalidades importantes, acompanhadas de numerosas comitivas.

De acordo com os elementos referidos no contrato, a estalagem mostrava para o exterior uma fachada de dois pisos, com janelas em ambos, de alvenaria com peitoris de pedra e com grades de castanho nas do piso térreo. Tinha como principal acesso um portal com couceiras de castanho e tábuas de pinho. O piso superior incluía uma “*casa grande, nobre e principal*”, ladrilhada de tijolo e forrada de madeira, com bancos de pedra. Para o lado Norte havia uma varanda e um oratório. Esta era, aparentemente, a parte nobre do edifício, destinada a pessoas de maior condição.

Fora dela havia seis “*casinhas de pousadas*”, em banda contínua, pois deveriam ficar “*debaixo de um mesmo telhado*”, que estavam já feitas, mais uma “*casa grande*” ainda por construir, que parece ter sido acrescentada ao projeto. Seria aqui que os hóspedes mais comuns, como os acompanhantes dos passageiros principais e outras pessoas, ficariam alojados. E ainda uma “*casa de fogo e tinelo* [refeitório]”, com mesas de pinho a todo o comprimento da casa, para os hóspedes comerem e se aquecerem.

Para os animais em que os mesmos se faziam transportar havia estrebaria, com manjedouras, palheiro e um poço no meio do pátio, de alvenaria, com uma pia de pedra para as cavalgadas beberem. É mencionado um curral para lenha e uma casa para o vendeiro, esta acrescentada ao projeto inicial. Os pilares a construir seriam todos de alvenaria, rebocados e guarnecidos.

O edifício devia ficar pronto no prazo de um ano, indo Teodósio de Frias inspecioná-lo quando as obras estivessem a meio.

O empreiteiro teve que nomear fiadores do cumprimento do contrato, que foram Manuel de Ribas, de Almada e a mulher, Isabel de Bulhão, que comprometeram a quinta em que viviam, com vinhas e pomar. Por sua vez, Miguel Rodrigues apresentou como garantia de que acabaria a obra nas condições acordadas uma sua quinta em Alhos Vedros, três vinhas e uma casa no Barreiro ²⁸.

Foram por certo muitos os viajantes que se acolheram à Estalagem nos mais de cem anos em que ela existiu, mas só de alguns existe memória. Logo em maio de 1619 por ela passou Filipe II, na sua tão prometida e adiada visita a este reino. Saído de Montemor em direção a Almada, onde aguardaria os preparativos para a entrada solene em Lisboa, passou por Vendas Novas e aí conheceu a nova Estalagem, tendo provavelmente nela descansado e comido, assim como a comitiva. Mas foi pernoitar à Landeira, que ficava no caminho para a vila de destino. O facto de ter passado por Vendas Novas, antes da Landeira, e não por Cabrela, como era norma para quem fazia o percurso Montemor-Almada, deve ter tido o objetivo de evitar um caminho com ribeiras e terras baixas,

por isso mais alagado, pois toda a viagem tinha sido acompanhada de fortes chuvadas²⁹. Além disso, o desvio permitiu-lhe conhecer o edifício concluído havia poucos anos.

Outra personagem real de cuja hospedagem temos notícia foi a rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança (1638-1705), filha de D. João IV (1604-1656) e viúva de Carlos II (1630-1685) quando, regressada a Portugal, em 1699 foi de Lisboa para Vila Viçosa, regressando pelo mesmo caminho. Parece que as condições de acolhimento não eram as ideais para hóspede tão ilustre e a sua certamente numerosíssima comitiva, pois o município de Montemor teve que proceder a algumas pequenas obras na estalagem, “*nos repartimentos que se fizeram*” (compartimentos) na mesma, de “*tavoado*”, pagando a pedreiros e carpinteiros e também os fretes aos carreteiros que para lá levaram “*camas e mais necessário*”³⁰. Os arranjos devem ter tido o propósito de aumentar a capacidade de alojamento das instalações.

CONTRATO DE ARREMATÇÃO

“Saibam quantos este estromento de comtrato e obriguasam virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e des, aos quatro dias do mes de março, na cidade de Lisboa, junto as portas de Santa Caterina, nas casas da morada de Duarte Correa de Sousa, escrivão da camara de Sua Magestade, estando elle presente e assim Theodosio de Frias, arquiteto de Sua Magestade, morador nesta cidade e estando mais presemte Miguell Rodrigues, morador na villa de Bareiro, loguo por elles todos foy dito peramte mim tabaliam e testemunhas ao diamte nomeadas que he verdade que Sua Magestade mamdou meter em preguão as obras das Vendas Novas que manda fazer per huma trasa que se aprovou na Mesa do Desembarguo do Paso e depois de andar em preguão nesta cidade e na de Hevora e na villa de Montemor e vemdo-se os lantos que ouve das [f. 1 v.] ditas obras se asemto no lanso do dito Miguell Rodrigues em comtia de hum comto, setecentos e oitemta mill reis e elle dito Miguell Rodrigues sera obriguado a acabar toda a obra das ditas Vendas Novas que esta por fazer conforme a dita trasa feita pello dito Theodosio de Frias conforme a ordem que lhe elle der e acaba-lla de todo pomdo todas as materias a sua custa, a saber, pedra, cal, area, servidores, ofisiais, andaimes, telha, ladrilho e todo o mais tocamte ao offisio de pedreiro para se acabar a dita obra em sua perfeisão, rebocada e goarnecida, fasendo as ditas vendas pella medida e tamanho que a dita trasa mostra, sem acresemtar nem demenuir cousa allguma na dita obra.

E outrosim se obrigua a fazer tudo o que toquar ao offisio de carpimteiro nas ditas vendas, a saber, madeiramen[f. 2]tos de castanho e que de asna a asna nam aja mais de

meo a meo della que palmo e meo, a madeira de boa natureza, com seus oliveis contra oliveis e pandoraes e deste modo uzara em todas as casas que a-de madeirar, acrese-tando a estrebaria de comprido vimte e simquo palmos, na mesma largura que tem, tirando a parede do testeiro della de todo fara e comtinoara com o dito madeiramento na mesma distamsia e sortes de madeira com que esta feita a dita estrebaria, da mesma maneira deixamdo-a de todo acabada, com suas mangedouras semelhantes as que estam feitas e contenuamdo e da mesma parte o palheiro em comprimento de sesemta e tres palmos e a mesma largura que tem as estrebarias, como mostra a dita trasa, tirando fora os dous traveses de paredes que estam feitas [f. 2 v.] os quoaes se emcruem [incluem] demtro no dito palheiro e asim todas as mais paredes e aliserses que mostra o dito desenho de partinhos [?] e desmanchara e se podera o dito empreiteyro aproveitar de toda alvenaria aproveitar delles como cousa sua, fazemdo no dito palheiro hum portal d'alvenaria com suas portas e fechadura de ferolho , as quoaes am-de ser de couseiras de castanho e taboas de pinho de toda a grusura e asim fara huma jenella de alvenaria demtro na estrebaria para dar palha o estalagadeiro com fasellidade, com suas portas e fecho. Todas as paredes que estam de collar vermelha nas ditas trasas se am-de fazer de novo e as que estam de color parda sam as que estam feitas e fiquam, de que se a-de aproveitar o dito empreyteyro.

As seis casinhas [f. 3] que estam feitas sera obriguado a destelhar e madeirar a casa gramde que se a-de fazer jumto a ellas, de maneira que a perna da asna se una as dos ditos madeiramentos emcruimdo-se as ditas casinhas de pousadas e casa nova que se a-de fazer debaixo de hum mesmo telhado e com esto fiquarão livres das canas que oje tem. Esta casa gramde a-de ter vimte e sete palmos de largo e cemto e simquo de comprido, a-de ser madeirada das mesmas sortes de madeira com que esta a estrebaria e da mesma maneira as casas nobres e casa de fogo e tinelo [refeitório] e a dita casa de cemto e simquo palmos de comprido asima dita e sera o dito Miguell Rodrigues obryguado a fora-la de taboado saradiso [serradiço] tosco por cima das madeiras e repido [ripado ?][f. 3 v.] e com suas linhas de pao que forem necessarias, com dous portais, hum de alvenaria jumto ao dito palheiro e outro a emtrada da dita casa, de pedraria, do mesmo tamanho que mostra a trasa, por respeito dos emcomtros das carguas e tres jenellas de alvenaria, com suas grades de pao e nestes dous portais e tres jenellas fara portas de couseiras de castanho e taboas de pinho com suas fechaduras de ferolho e aldrabas.

No meo do pateo sera obriguado a fazer hum poso do tamanho que mostra a trasa, com seu parapeito, de alvenaria legeado por sima, rabocado e goarnecido e huma pia de pedra para beber as cavallguaduras, do tamanho que mostra a trasa. E no cural que no desenho mostra ser para lenha [f. 4] sera obriguado a fazer hum forno com seu alpe-mdre cuberto do tamanho e maneira que esta na dita trasa, com pilares de alvenaria. E

demtro no dito cural fara huma casa para vemdeiro, que se acrescenta as que estam ja feitas, para seu uso e gasalhado, a quoaill ha-de ter trimta e quoaatro palmos de comprido e doze e meo de larguo, madeirado de madeira de castanho, bramqueada, forrada de taboado por syma, serado, ripado e telhado com sua porta e jenella semelhantes as asima ditas. Estas casas do estalagadeiro am-de ser de trouxa, foradas por sima de madeira e branqueadas, telhadas, rebocadas, goarnecidas e cayadas, com suas portas omde falltarem, com fechaduras e alldrabas e tranquas. E na casa do fogo e tinelo sera tambem obriguado a fazer [f. 4 v.] mesas de pinho pranadas em todo comprimento da dita casa, com seus banquos sobre que estejam as mesas e poyais.

Todas as jenellas que caem para a parte da fachada de fora prinsipal tera suas grades de pao de castanho de boa grusura e esto se emtemdera nas jenellas baixas, em todas, as quoaais sera obrigado o dito empreiteiro a por jenellas de coseiras de castanho e taboas de pinho com suas alldrabas e tramquas. E o mesmo ha-de fazer em todas as mais, como fica dito e todas as jenellas am-de ser de allvenaria com os peitoris de pedraria e a casa nobre a-de levar asemtos de pedra. E as ditas casas nobres do allto am-de ser travejadas com vigas de carvalho e nam avera de huma a outra mais que [f. 5] dous palmos de vam asemtada sobre seus frechais. E a varanda da parte do Norte e oratório com madeiras mais curtas e espesas. As quoaais casas am-de ser todas asoalhadas com taboado de pinho de Frandes aberto e muyto bem preguado e a casa grande, nobre e prinsipal sera obriguado a lladrilhar de tejobo rebatido cortado e tambem a por duas linhas de ferro na dita casa e estas casas todas am-de ser foradas, a saber, a prinsipal por syma das madeiras e por baixo de pinho de debrum, com suas mollduras que lhe couberem. E as duas de demtro de madeira branqueada forada por syma della. E o oratório forado por sima e baixo de debrum e a cosinha forada por sima e branqueada e asim a varanda da mesma maneira forada por sima [f. 5 v.) e branqueada, com seu perapeito e grades de pao.

Todos os pilares que levam estas vemdas am-de ser de alvenaria, rebocadas e goarnecidas, com as arestas quebradas per rezam dos emcomtros e estes pilares am-de ter suas faxas por sima e por baixo que mostrem nasas e capiteis e no portall prinsipal destas vemdas sera obriguado a por portas de coseiras de castanho e taboas de toda a grusura de pinho com sua fechadura d'aldabram que se posa fechar por fora e por demtro e sua tranqua e seus manquais, argollas e ferrões e esto semdo necessarias as ditas portas e jumto a ellas sera obriguado o dito empreiteiro a fazer hum postiguo sobre pilares de alvenaria, o quoaill a-de ter quinze palmos de larguo e de comprido simcoem[f. 6]ta e simquo, com dous poyaes aos cabos, madeirado por sima e telhado e nas jenellas todas de allvenaria fara ombreiras raspadas fengidas, com suas vergas e semquetas [?] e a fachada toda rebocada e goarnesida.

E finalmente o dito mestre sera obrigado a dar as ditas venddas prefeitamente acabadas, com suas chaminés omde mostra a trasa e tudo conforme a ella e ordem que lhe deu o dito arquiteto demtro em tempo de hum ano, que se comesara do dia que se lhe entregar o dinheiro que estiver caído e asim todo o que cair do que esta appliquado para a obra das ditas venddas ate com efeito ser pago das ditas hum comto, setecentos e oytenta mill reis em que lhe foi arematada a dita obra, como neste estr[f. 6 v.]omento he declarado e do dito dinheiro que asim esta aserquado se nam fara despesa allguma ate com efeito ser pago o dito Miguel Rodrigues e de todo o que se lhe dever de preço da dita obra em que lhe foi arematada e nesta conformidade se obriga ele Miguel Rodrigues a faser a dita obra e acaba-lla com toda a sua prefeisção como dito he demtro no dito ano.

E estamdo a dita obra em meo ira o dito arquiteto a visita-la por mandado de Sua Magestade, para a ver e se vay conforme ha dita trasa e a iso estara presemte o juiz e ve-readores da camara da villa de Montemor e para comprimento deste comtrato tem dado elle Myguel Rodrigues suas fianças, que iram trelladadas no fim deste estromento e trellados delle. E se obriga elle Miguel Rodrigues [f. 7] todo comprir por todos seus bens que obrigou. E declarou elle Miguel Rodrigues que Sua Magestade lhe mandara pasar provisois, asim para lhe ser entregue todo o dinheiro que pertemser a dita obra, como para lhe serem dadas barquas, carros, offisiais, trabalhadores e todo o mais que lhe for necesario para fazer a dita obra pellos presos ordinarios da terra e que, nam comprindo asim todo pello modo sobredito, que respomdera pello comteudo neste estromento peramte as justisas de Sua Magestade omde se pedir o comprimento desta escretura ahy se obriga de respomder e de sua pesoa fazer todo o comprimento de direito e justisa, para o que renunsiou juiz de seu foro e todo o mais que, de feito e de direito, por sy alegar alegar posa, que de nada quer gusar, salvo todo comprir imteira[f. 7 v.]mente pello modo sobredito e em todo se obriga elle Miguel Rodrigues comprir este comtrato. E em testemunho de verdade asim o outorgou e mandou fazer este estromento nesta nota e lhe dar os trellados necesarios que todo pedio e aseitou e eu tabaliam todo aseito em nome dos ausemtes a que tocar como pesoa publica estepullamte e aseitamte.

Testemunhas que foram presentes Guaspar Pereya e Balltesar de Brito, criados do dito Duarte Correa e o dito Miguel Rodriguez asinou na nota com o dito Duarte Correa e o dito Teodosio de Frias e tres testemunhas. E eu Francisco Coelho taballiam o escrevi.” (AHMMN, A 4 E 2-4, f. 1-7 v.)

NOTAS

- 1 (CHAM/FCSH, Universidade NOVA de Lisboa).
- 2 - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A 4 E2-4.
- 3 - António Borges Coelho e Gustavo Marques, *Vendas Novas. História e Património*, Vendas Novas, Câmara Municipal, 1991.
- 4 - Do que é exemplo a abordagem exaustiva de Carlos Ruão, *O Eupalinos moderno. Teoria e prática da arquitetura religiosa em Portugal (1550-1640)*, v. II (Tese de doutoramento), Coimbra, Faculdade de Letras, 2006, p. 207-234.
- 5 - António Borges Coelho e Gustavo Marques, Ob. cit., p. 13.
- 6 - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A 4 E 1-7.
- 7 - Isabel Drumond Braga, “A circulação e a distribuição dos produtos”, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Presença, 1998, p. 201.
- 8 - A. H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, p. 199.
- 9 - A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 135.
- 10 - A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise ...*, p. 132.
- 11 - Idem, p. 132.
- 12 - Miguel Soromenho, “A administração da arquitetura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, Madrid, UAM, v. IX-X, 1997-98, p. 199-200.
- 13 - Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e estilo chão. O ciclo filipino”, *História da arte portuguesa* (Dir. Paulo Pereira), v. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 377-381.
- 14 - Miguel Soromenho, “A administração da arquitetura ...”, p. 200.
- 15 - Joaquim Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria - 1604-*

1609-1625, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p. 72.

16 - Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses*, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988, p. 381-387.

17 - José Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, p. 120.

18 - Carlos Ruão, *O “Eupalinos moderno”. Teoria e prática da arquitetura religiosa em Portugal (1550-1640)*, p. 209.

19 - Jorge Fonseca, “O palácio de Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo e vice-rei de Portugal: contributo para o seu estudo”, *Promontoria*, n.º. 11, Faro, Universidade do Algarve, 2014, p. 195.

20 - Sousa Viterbo, Ob. cit., p. 390-391.

21 - Carlos Ruão, Ob. cit., p. 209.

22 - Carlos Ruão, Ob. cit., p. 213- 226.

23 - Carlos Ruão, Ob. cit., p. 227-230.

24 - Carlos Ruão, Ob. cit., p. 233-234.

25 - Joaquim Veríssimo Serrão, Ob. cit., p. 72.

26 - Carlos Ruão, Ob. cit., v. II, p. 208; Vítor Serrão, *O arquiteto maneirista Pedro Nunes Tinoco. Novos documentos e obras (1616-1636)* (Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3.ª. Série, n.º. 83, 1977), p. 43.

27 - Carlos Ruão, Ob. cit., v. II, p. 208.

28 - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A 4 E 2-4, f. 7 v.

29 - Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática”, *Revista de Ciências Históricas*, v. II, Porto, Universidade Portucalense, 1987, p. 239.

30 - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A 1 D 58.

